**DESENVOLVE SP – AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018**

PSB/IN/AR/YGN 0477/19

**DESENVOLVE SP – AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

**Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018**

**Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis Balanços patrimoniais Demonstrações do resultado Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Demonstrações dos fluxos de caixa Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**



Tel.: +55 11 3848 5880 Rua Major Quedinho 90 Fax: + 55 11 3045 7363 Consolação – São Paulo, SP - Brasil www.bdo.com.br 01050-030

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas e Administradores da

**Desenvolve SP – Agencia de Fomento do Estado de São Paulo S.A.**

São Paulo -SP

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenvolve SP – Agencia de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenvolve SP** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Desenvolve SP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



**Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 108.053 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução n° 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da **Desenvolve SP**. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa na provisão para crédito de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

**Resposta da auditoria ao assunto**

Nós avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles chaves e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Efetuamos o recalculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução n° 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Créditos tributários**

Conforme Nota Explicativa nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R$ 51.767 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

**Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidencias obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.



**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da **Desenvolve SP** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Desenvolve SP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e administração da **Desenvolve SP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Desenvolve SP**;
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Desenvolve SP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Desenvolve SP** a não mais se manter em continuidade operacional;
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**

**CRC 2 SP 013846/O-1**



**Paulo Sérgio Barbosa**

**Contador CRC 1 SP 120359/O-8**

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Balanços Patrimoniais **Em 31 de dezembro de 2018 e 2017** *(Em milhares de Reais) d\*



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Demonstrações de resultados **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018** *(Em milhares de Reais)*

 

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018**  *(Em milhares de Reais)*



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018**  *(Em milhares de Reais)* 

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. **Contexto operacional**

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

i. Fundos governamentais;

ii. Orçamento estadual;

iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

1. **Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”).

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, quais sejam:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Pronunciamento Técnico** | **Data da Divulgação** | **IASB** | **BACEN****Resolução CMN** |
| CPC 00 (R1) | Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | 15/12/11 | *Framework* | 4.144/12 |
| CPC 01 (R1) | Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 7/10/10 | IAS 36 | 3.566/08 |
| CPC 03 (R2) | Demonstração dos Fluxos de Caixa | 7/10/10 | IAS 7 | 3.604/08 |
| CPC 05 (R1) | Divulgação sobre Partes Relacionadas | 7/10/10 | IAS 24 | 3.750/09 |
| CPC 10 (R1) | Pagamento Baseado em Ações | 16/12/10 | IFRS 2 | 3.989/11 |
| CPC 23 | Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | 16/09/09 | IAS 8 | 4.007/11 |
| CPC 24 | Evento Subsequente | 16/09/09 | IAS 10 | 3.973/11 |
| CPC 25 | Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | 16/09/09 | IAS 37 | 3.823/09 |
| CPC 33 (R1) | Benefícios a Empregados | 13/12/12 | IAS 19 | 4.424/15 |

Com exceção dos pronunciamentos Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Contábeis da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 22 de fevereiro de 2019, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

1. **Principais práticas contábeis**
2. **Receitas e despesas**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

1. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

1. **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

1. **Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito**

**d1. Operações de crédito e obrigações por repasse**

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

**d2. Provisão para perdas em operações de crédito**

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de credito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito de clientes adimplentes são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses, vencidas há mais de 120 dias e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

**d3. Renegociações**

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

1. **Outros Valores e Bens**

Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem na data de seu registro, e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em exercícios futuros.

1. **Ativo permanente**

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 7. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

1. **Tributos**

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Tributo | **Alíquota** |
| Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%) | 25% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ( 20% ) | 20% |
| Programa de Integração Social – PIS | 0,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS  | 4% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN  | Até 5% |

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12 b.

1. **Demais ativos e passivos**

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

1. **Contingências**

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

1. **Caixa e equivalentes de caixa**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|   | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Disponibilidades | 3 | - |
| Cotas de Fundo de Renda Fixa | 77.125 | 62.790 |
| Total de Caixa e Equivalentes de Caixa | 77.128 | 62.790 |

1. **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
2. **Composição da carteira**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | **31.12.2018** |  | **31.12.2017** |
|   | **Curto prazo** | **Longo prazo** |  | **Curto prazo** | **Longo prazo** |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 128.447 | 248.168 |   | 9.284 | 287.816 |
| Cotas de Fundos de Renda Fixa | 77.125 | - |   | 62.790 | - |
| Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP | - | 62.104 |  | - | 48.563 |
| Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito | - | 2.053 |  | - | 1.525 |
| (-) Provisões para Desvalorizações | - | (1.136) |  | - | (2.301) |
| Total | 205.572 | 311.189 |  | 72.074 | 335.603 |

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

1. **Cotas de fundos de investimento em participações**

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do balanço. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estavam assim compostas:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **31.12.2018** |  |  | **31.12.2017** |
|  **Fundo** | **Capital Subscrito** | **Capital Integralizado** | **Valor Atualizado/Contábil** | **Capital Subscrito** | **Capital Integralizado** | **Valor Atualizado/Contábil** |
| Inovação Paulista (FIP) | 25.000 | 21.577 | 28.577 | 25.000 | 15.840 | 20.725 |
| BBI Financial I (FIP) | 10.000 | 9.400 | 17.174 | 10.000 | 7.880 | 14.168 |
| CRP Empreendedor (FIP) | 10.000 | 5.301 | 7.307 | 10.000 | 5.241 | 5.420 |
| Aeroespacial (FIP) | 15.000 | 6.441 | 6.453 | 10.000 | 4.113 | 4.593 |
| Performa Investimentos SC - I (FIP) | 2.000 | 1.939 | 1.460 | 2.000 | 1.825 | 1.356 |
| Total | 62.000 | 44.658 | 60.971 | 57.000 | 34.899 | 46.262  |

1. **Operações de crédito**
2. **Carteira por modalidade**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **31.12.2018** |  |  |  | **31.12.2017** |
|   | **Curto prazo** | **Longo prazo** | **Total**  |  | **Curto prazo** | **Longo prazo** | **Total** |
| Financiamentos  | 166.932 | 705.333 | 872.265 |  | 163.647 | 647.867 | 811.514 |
| Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento | 85.698 | 139.724 | 225.422 |  | 83.370 | 166.320 | 249.690 |
| Empréstimos | 78.059 | 102.334 | 180.393 |  | 53.597 | 45.607 | 99.204 |
| Financiamentos Rurais e Agroindustriais | 72 | 66 | 138 |  | 74 | 132 | 206 |
| **Total da Carteira de Crédito** | **330.761** | **947.457** | **1.278.218** |  | **300.688** | **859.926** | **1.160.614** |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa  | (32.973) | (75.080) | (108.053) |  | (20.442) | (44.880) | (65.322) |
| Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões  | 297.788 | 872.377 | 1.170.165 |  | 280.246 | 815.046 | 1.065.292 |

1. **Receitas de operações de crédito**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º Sem/2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Financiamentos  | 43.918 | 79.487 | 70.492 |
| Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento | 15.211 | 27.950 | 29.591 |
| Empréstimos | 12.538 | 22.173 | 13.858 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 2.807 | 8.650 | 13.688 |
| Financiamentos Rurais e Agroindustriais | 3 | 7 | 9 |
| Total  | 74.477 | 138.267 | 127.638 |

1. **Carteira por setor de atividade econômica**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2018** | **Participação** | **31.12.2017** | **Participação** |
| **Setor Público** | **253.775** | **20%** | **261.468** | **23%** |
| Administração Direta | 253.691 | 20% | 258.289 | 22% |
| Atividades Empresariais | 84 | - | 3.179 | 1% |
| **Setor Privado** | **1.024.443** | **80%** | **899.146** | **77%** |
| Outros serviços | 611.977 | 48% | 555.114 | 48% |
| Indústria  | 273.895 | 21% | 259.325 | 22% |
| Comércio  | 126.719 | 10% | 70.441 | 6% |
| Pessoas Físicas | 10.096 | 1% | 14.143 | 1% |
| Rural | 1.756 | - | 123 | - |
| Total | 1.278.218 | 100% | 1.160.614 | 100% |

1. **Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Operações em Curso Normal** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
|  | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **Total da Carteira** | **Total da Carteira** |
| **Parcelas Vincendas** |  **235.349**  |  **529.503**  |  **185.293**  |  **157.534**  |  **43.083**  |  **5.130**  |  **25.226**  |  **6.640**  |  **15.842**  |  **1.203.600**  | **1.104.549**  |
| 01 a 30 |  7.246  |  10.535  |  4.246  |  2.721  |  831  |  170  |  552  |  145  |  577  |  27.023  | 25.606  |
| 31 a 60 |  6.477  |  9.344  |  3.684  |  2.249  |  728  |  136  |  481  |  131  |  621  |  23.851  | 35.274  |
| 61 a 90 |  6.472  |  8.844  |  3.814  |  2.268  |  725  |  136  |  481  |  131  |  461  |  23.332  | 22.631  |
| 91 a 180 |  19.345  |  38.588  |  11.635  |  7.036  |  2.319  |  388  |  1.307  |  392  |  1.484  |  82.494  | 68.803  |
| 181 a 360 |  38.093  |  59.318  |  23.755  |  14.982  |  4.519  |  735  |  2.269  |  784  |  2.682  |  147.137  | 129.366  |
| Acima de 360 |  157.716  |  402.874  |  138.159  |  128.278  |  33.961  |  3.565  |  20.136  |  5.057  |  10.017  |  899.763  |  822.869  |
| **Parcelas Vencidas** |  **-**  |  **620**  |  **1.453**  |  **277**  |  **279**  |  **24**  |  **1.017**  |  **31**  |  **143**  |  **3.844**  |  **3.516**  |
| 01 a 30 |  -  |  620  |  1.453  |  240  |  201  |  24  |  953  |  21  |  142  |  3.654  | 3.122 |
| 31 a 60 |  -  |  -  |  -  |  37  |  78  |  -  |  64  |  10  |  1  |  190  | 394 |
| Subtotal |  235.349  |  530.123  |  186.746  |  157.811  |  43.362  |  5.154  |  26.243  |  6.671  |  15.985  |  1.207.444  | 1.108.065 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Operações em Curso Anormal (a)** | **31/12/2018** | **31/12/2017** |
|  | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **Total da Carteira** | **Total da Carteira** |
| **Parcelas Vincendas** |  **-**  |  **-**  |  **-**  |  **-**  |  **708**  |  **989**  |  **5.302**  |  **21.437**  |  **32.152**  |  **60.588**  | **47.053** |
| 01 a 30 |  -  |  -  |  -  |  -  |  43  |  33  |  20  |  368  |  577  |  1.041  | 848 |
| 31 a 60 |  -  |  -  |  -  |  -  |  43  |  33  |  89  |  368  |  576  |  1.109  | 862 |
| 61 a 90 |  -  |  -  |  -  |  -  |  43  |  39  |  87  |  368  |  577  |  1.114  | 821 |
| 91 a 180 |  -  |  -  |  -  |  -  |  129  |  100  |  260  |  1.112  |  1.522  |  3.123  | 2.481 |
| 181 a 360 |  -  |  -  |  -  |  -  |  155  |  182  |  520  |  2.224  |  3.427  |  6.508  | 4.984 |
| Acima de 360 |  -  |  -  |  -  |  -  |  295  |  602  |  4.326  |  16.997  |  25.473  |  47.693  | 37.057 |
| **Parcelas Vencidas** |  **-**  |  **-**  |  **-**  |  **-**  |  **131**  |  **129**  |  **326**  |  **2.832**  |  **6.768**  |  **10.186**  | **5.496** |
| 01 a 30 |  -  |  -  |  -  |  -  |  48  |  36  |  20  |  328  |  577  |  1.009  | 876 |
| 31 a 60 |  -  |  -  |  -  |  -  |  50  |  41  |  72  |  330  |  578  |  1.071  | 1.376 |
| 61 a 90 |  -  |  -  |  -  |  -  |  33  |  41  |  102  |  344  |  575  |  1.095  | 881 |
| 91 a 180 |  -  |  -  |  -  |  -  |  -  |  11  |  132  |  1.231  |  1.712  |  3.086  | 1.516 |
| 181 a 360 |  -  |  -  |  -  |  -  |  -  |  -  |  -  |  599  |  2.933  |  3.532  | 816 |
| Acima de 360 |  -  |  -  |  -  |  -  |  -  |  -  |  -  |  -  |  393  |  393  | 31 |
| Subtotal |  -  |  -  |  -  |  -  |  839  |  1.118  |  5.628  |  24.269  |  38.920  |  70.774  | 52.549 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Total |  235.349  |  530.123  |  186.746  |  157.811  |  44.201  |  6.272  |  31.871  |  30.940  |  54.905  |  1.278.218  | 1.160.614 |

1. Operações vencidas acima de 59 dias.
2. **Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **31.12.2018** |  |  | **31.12.2017** |
| **Nível de Risco**  |  **Provisão %** |  **Valor das Operações**  |  **Provisão** |  |  **Valor das Operações**  |  **Provisão** |
| AA | - | 235.349 | - |  | 575.357 | - |
| A | 0,5 | 530.122 | (2.651) |  | 151.801 | (759) |
| B | 1,0 | 186.746 | (1.867) |  | 172.500 | (1.725) |
| C | 3,0 | 157.811 | (4.734) |  | 137.156 | (4.115) |
| D | 10,0 | 44.201 | (4.420) |  | 37.061 | (3.706) |
| E | 30,0 | 6.272 | (1.882) |  | 21.744 | (6.523) |
| F | 50,0 | 31.872 | (15.936) |  | 23.740 | (11.870) |
| G | 70,0 | 30.940 | (21.658) |  | 15.438 | (10.807) |
| H | 100,0 | 54.905 | (54.905) |  | 25.817 | (25.817) |
| Total |   | 1.278.218 | (108.053) |  | 1.160.614 | (65.322) |

1. **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2º Sem./2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| **Saldo Inicial** |  | **91.296** | **65.322** | **66.115** |
| Créditos baixados para prejuízo |  | (16.914) | (21.251) | (24.150) |
| Provisão constituída |  | 33.671 | 63.982 | 23.357 |
| Saldo Final |  | 108.053 | 108.053 | 65.322 |

1. **Informações complementares**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º Sem./2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Créditos renegociados (a) | 3.733 | 34.892 | 52.788 |
| Recuperação de créditos baixados para prejuízo | 2.807 | 8.650 | 13.688 |

1. Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

**7 – Imobilizado de Uso e Intangível**

1. **Imobilizado de Uso**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Taxa de Depreciação** | **Custo** | **Depreciação** | **Custo líquido de Depreciação** |
|  |  |  |  | **31/12/2018** | **31/12/2017** |
| Imóveis de Uso: |  |  |  |  |  |
| - Terrenos | - | 11.600 | - | 11.600 | 11.600 |
| - Edificações | 1,67% | 20.161 | (1.247) | 18.914 | 19.336 |
| Outras Imobilizações de Uso: |  |  |  |  |  |
| Móveis e Equipamentos | 3,33% a 20% | 1.337 | (764) | 573 | 677 |
| Sistema de Processamento de Dados | 20% | 109 | (72) | 37 | 69 |
| Sistema de Comunicação | 6,67% a 20% | 153 | (104) | 49 | 67 |
| Instalações | 10% | 117 | (60) | 57 | 67 |
| **Total em 31/12/2018** |  | **33.477** | **(2.247)** | **31.230** | **-** |
| **Total em 31/12/2017** |  | **33.448** | **(1.632)** | **-** | **31.816** |

1. **Intangível**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Custo** | **Amortização** | **Custo líquido de Amortização** |
|  |  |  |  | **31/12/2018** | **31/12/2017** |
| Outros Ativos Intangíveis: |  |  |  |  |  |
| - *Software* |  | 5.144 | (2.008) | 3.136 | 3.376 |
| **Total em 31/12/2018** |  | **5.144** | **(2.008)** | **3.136** | **-** |
| **Total em 31/12/2017** |  | **5.142** | **(1.766)** | **-** | **3.376** |

1. **- Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais**

|  |  |
| --- | --- |
|  **31.12.2018** |  **31.12.2017** |
|  |  **0-30** | **31-180** | **181-360** | **Acima de 360** | **Total** | **%** | **Total** | **%** |
| BNDES | 8.744 | 42.503 | 52.872 | 310.914 | 415.033 | 67,79 | 315.513 | 63,07 |
| OUTRAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS | 1.394 | 7.037 | 10.571 | 118.400 | 137.402 | 22,44 | 90.974 | 18,19 |
| FINAME | 1.624 | 6.944 | 7.429 | 43.844 | 59.841 | 9,77 | 93.728 | 18,74 |
| **Total** | **11.762** | **56.484** | **70.872** | **473.158** | **612.276** | **100,00** | **500.215** | **100,00** |

1. **- Outras obrigações**
2. **Sociais e estatutárias**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Juros sobre o capital próprio | 28.006 | 19.068 |
| Participação nos lucros | 1.432 | 1.899 |
| Total | 29.438 | 20.967 |

1. **Fiscais e previdenciárias**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Impostos e contribuições sobre salários | 2.255 | 2.289 |
| Contribuição Social | 289 | 860 |
| Imposto de Renda | - | 554 |
| Impostos e contribuições diferidos | 909 | 455 |
| COFINS | 432 | 383 |
| PIS | 70 | 62 |
| Outros | 74 | 51 |
| Total | 4.029 | 4.654 |

1. **Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (a)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo | 62.388 | 8.569 |
| Programa Água Limpa | 23.340 | - |
| Programa Frota Nova Município | 14.374 | 13.804 |
| Programa Incentivo ao Investimento Esportivo | 4.174 | 5.887 |
| Programa Renova SP | 1.266 | 1.772 |
| Total | 105.542 | 30.032 |

1. Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo, para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento, e pelo Ministério do Turismo, para a concessão de operações de crédito.
2. **Outras Obrigações – Diversas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Fornecedores | 2.686 | 3.068 |
| Provisões para despesas de pessoal | 2.969 | 2.925 |
| Provisões para despesas administrativas | 1.137 | 1.166 |
| Provisão para Passivos Contingentes | 1.511 | 763 |
| Credores diversos | 116 | 151 |
| Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações | 71 | 68 |
| Total | 8.490 | 8.141 |

1. **- Patrimônio líquido**
2. **Capital social**

O capital social de R$ 1.016.035 está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de abril de 2018, a Assembleia Geral autorizou o aumento do capital social, no montante de R$ 16.035, relativos aos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas, no exercício de 2017.

1. **Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Conforme disposto no artigo 35 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Lucro Líquido | 14.736 | 46.722 |
| (-) Reserva Legal | (737) | (2.336) |
| **Base de Cálculo Ajustada** | **13.999** | **44.386** |
| Juros sobre o capital próprio | 29.442 | 27.131 |
| Reserva de lucros | - | 17.255 |

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular BACEN nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

1. **Reserva legal**

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

1. **Lucro por ação**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | **2º Sem./2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Lucro líquido do período | 13.425 | 14.736 | 46.722 |
| Número de ações  | 1.000.000.000 | 1.000.000.000 | 1.000.000.000 |
| Lucro por ação (R$) | 0,01343 | 0,01474 | 0,04672 |

1. **- Desdobramento das contas de resultado**
2. **Receitas de Prestação de Serviços**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º Sem./2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Administração de Fundos de Desenvolvimento | 3.803 | 6.686 | 3.527 |

1. **Despesas de pessoal**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2º Semestre /2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Proventos |  | (9.807) | (19.559) | (18.648) |
| Encargos sociais |  | (3.761) | (7.584) | (7.392) |
| Benefícios |  | (3.439) | (6.590) | (6.123) |
| Honorários de diretores e conselheiros |  | (1.592) | (2.797) | (2.831) |
| Estagiários |  | (141) | (259) | (336) |
| Treinamento |  | (118) | (200) | (330) |
| Total |  | (18.858) | (36.989) | (35.660) |

1. **Outras despesas administrativas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|   |  | **2º Semestre /2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Serviços técnicos especializados |  | (1.676) | (3.510) | (2.766) |
| Processamentos de dados |  | (1.574) | (3.109) | (3.093) |
| Propaganda e publicidade (a) |  | (1.112) | (2.627) | (3.033) |
| Patrocínios e relações públicas (a) |  | (840) | (1.772) | (1.739) |
| Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.) |  | (718) | (1.455) | (1.137) |
| Manutenção e conservação de bens |  | (476) | (801) | (646) |
| Transporte |  | (324) | (655) | (697) |
| Depreciação |  | (290) | (616) | (672) |
| Serviços de terceiros |  | (315) | (592) | (528) |
| Vigilância e segurança |  | (341) | (589) | (285) |
| Publicações |  | (206) | (462) | (291) |
| Comunicações |  | (134) | (258) | (300) |
| Amortização |  | (121) | (242) | (242) |
| Água, energia e gás |  | (102) | (212) | (219) |
| Viagem no país |  | (104) | (199) | (219) |
| Serviços do sistema financeiro |  | (103) | (199) | (170) |
| Contribuições filantrópicas |  | (144) | (164) | (180) |
| Materiais de Escritório |  | (33) | (83) | (94) |
| Seguros |  | (37) | (57) | (41) |
| Viagens no exterior |  | (1) | (1) | (55) |
| Total |  | (8.651) | (17.603) | (16.407)  |

(a) Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

1. **Despesas tributárias**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | **2º Semestre /2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Contribuição ao COFINS | (2.822) | (5.267) | (5.294) |
| IPTU | (2.170) | (2.170) | (5) |
| Contribuição ao PIS | (459) | (856) | (860) |
| ISSQN | (236) | (425) | (295) |
| ITBI | - | (21) | (164) |
| Outras | - | (4) | (4) |
| Total | (5.687) | (8.743) | (6.622) |

1. **Outras receitas operacionais**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º Semestre /2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Recuperação de Encargos e Despesas | 552 | 1.091 | 553 |
| Reversão de Provisões Operacionais | 320 | 394 | 299 |
| Outras | 30 | 57 | 88 |
| Total | 902 | 1.542 | 940 |

1. **- Imposto de renda e contribuição social**
2. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2º Sem./2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
|  | **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** | I**RPJ** | **CSLL** |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 8.273 | 8.273 | 13.527 | 13.527 | 66.326 | 66.326 |
| Participação dos empregados  | (1.626) | (1.626) | (1.632) | (1.632) | (3.027) | (3.027) |
| Resultado após a participação dos empregados | 6.647 | 6.647 | 11.895 | 11.895 | 63.299 | 63.299 |
| **Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%.** | **(1.662)** | **(1.329)** | **(2.974)** | **(2.379)** | **(15.825)** | **(12.660)** |
| Ajustes para Cálculo de IR e CSLL: |  |  |  |  |  |  |
| **Adições** | **(9.522)** | **(7.530)** | **(18.189)** | **(14.402)** | **(7.550)** | **(5.903)** |
|  **Exclusões** | **6.029** | **4.797** | **10.185** | **8.111** | **12.195** | **9.737** |
|   |  |  |  |  |  |  |
| Incentivos fiscais  | 150 | - | 176 | - | 192 | - |
| Prorrogação de licença maternidade | 28 | - | 48 | - | 125 | - |
| Juros sobre capital próprio | 7.050 | 5.639 | 7.361 | 5.888 | 6.783 | 5.426 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Imposto de Renda e CSLL** | **2.073** | **1.577** | **(3.392)** | **(2.782)** | **(4.080)** | **(3.400)** |
| Ativo fiscal diferido | 1.669 | 1.686 | 5.953 | 3.516 | (4.207) | (4.435) |
| Passivo fiscal diferido | (141) | (86) | (284) | (170) | (284) | (171) |
| Despesa de IR e CSLL | 3.601 | 3.177 | 2.277 | 564 | (8.571) | (8.006) |

1. **Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas**

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 40%, conforme apresentado a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Diferenças Temporárias** | **31.12.2017** | **Baixa** | **Constituição** | **31.12.2018** |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa  | 40.531 | (16.172) | 25.859 | 50.218 |
| Provisões para despesas administrativas | 523 | (505) | 437 | 455 |
| Provisões para desvalorização de títulos livres  | 921 | (865) | 399 | 455 |
| Provisões para passivos contingentes | 295 | (25) | 335 | 605 |
| Diferença entre as depreciações contábil e fiscal | 27 | - | 7 | 34 |
| **Total dos créditos tributários diferidos** | **42.297** | **(17.567)** | **27.037** | **51.767** |
| Diferença entre as depreciações contábil e fiscal | 455 | - | 454 | 909 |
| Total das obrigações tributárias diferidas | 455 | - | 454 | 909 |

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|   | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **Acima de 2023** | **Total**  |
| Valor nominal | 19.493 | 9.415 | 7.422 | 5.622 | 4.502 | 5.313 | 51.767 |
| Valor presente | 18.288 | 8.179 | 5.969 | 4.187 | 3.105 | 3.257 | 42.985 |

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

1. **- Transações com partes relacionadas**

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|   |  | **2º Semestre /2018** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| **Benefícios de Curto Prazo** |  | **1.846** | **3.206** | **3.276** |
| Diretoria |  | 1.063 | 1.820 | 1.827 |
| Conselho de Administração |  | 374 | 687 | 787 |
| Comitê de Auditoria |  | 243 | 467 | 445 |
| Conselho Fiscal |  | 166 | 232 | 217 |
| **Outros Benefícios de Longo Prazo** |  | **141** | **281** | **322** |
| Diretoria |  | 141 | 281 | 322 |
| Total |  | 1.987 | 3.487 | 3.598 |

1. **- Contingências**

Conforme determinado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Natureza** | **31.12.2017** | **Baixa** | **Constituição** | **31.12.2018** |
| Trabalhista  | 538 | (61) | 369 | 846 |
| Cível | 225 | - | 440 | 665 |
| Total | 763 | (61) | 809 | 1.511 |

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Natureza** |  |  |  | **31.12.2018** |
| Trabalhista  |  |  |  | 618 |
| Cível |  |  |  | 878 |
| Total |  |  |  | 1.496 |

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

1. **- Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)**

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Desenvolve SP está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

1. **- Declaração de Apetite por Riscos (RAS)**

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desenvolve SP e os níveis de apetite por esses riscos.

Os níveis de risco que a instituição está disposta a assumir estão em linha com seus objetivos estratégicos e com seu escopo de atuação.

1. **- Integração entre os riscos**

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

1. **- Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital**

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/> , no site da instituição.

* 1. **Estrutura Organizacional**

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

* 1. **Estrutura de Sistemas**

O sistema interno deve abranger todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e deve possibilitar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

* 1. **Validação de Sistemas**

Mensalmente, devem ser realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

1. **- Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital**

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital e o Programa de Testes de Estresse.

1. **Risco de Crédito**

A gestão do crédito está definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

* Superintendência de Crédito (Sucre): unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.
* Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
* Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Getin.3), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWACPAD, calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

1. **Risco Operacional**

A estrutura de gerenciamento do risco operacional deve prever, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS.

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWAOPAD, conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

1. **Risco de Liquidez**

Na Desenvolve SP, os procedimentos para o controle de liquidez são realizados diariamente.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

1. **Risco Socioambiental**

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

1. **Risco de Mercado**

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever sistemas que considerem todas as fontes significativas desse risco e utilizem dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Segundo a Política de Investimentos da instituição, a gestão dos recursos da tesouraria tem perfil conservador, não se expondo em demasia a riscos.

Desta forma, considerando que a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB) como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

Não há alocação de capital para o IRRBB. No entanto, o valor do IRRBB é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

1. **Gerenciamento de Capital**

A estrutura de gerenciamento de capital deve possibilitar a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que deve ser consistente com o planejamento estratégico da instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

1. **- Programa de Testes de Estresse**

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição, e o IRRBB.

1. **- Relatórios**

A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

1. **- Limites Operacionais**

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **ADEQUAÇÃO DE CAPITAL – POSIÇÃO EM 31/12/2018** | **VALOR (R$ mil)** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)** | **1.057.077** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA** | **507.077** |
| PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO | 507.077 |
| EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE | 0 |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR\_I)** | **1.057.077** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR\_II)** | **0** |
| **CAPITAL PRINCIPAL** | **1.057.077** |
| DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO | 550.000 |
| SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO | 31.230 |
| PARCELA RWACPAD - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada | 1.425.324 |
| PARCELA RWAMPAD - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada | 0 |
| PARCELA RWAOPAD - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada | 253.907 |
| PARCELA RBAN - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação | 1.708 |
| **RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWACPAD + RWAMPAD + RWAOPAD)** | **1.679.232** |
| MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO | 222.308 |
| **ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 1,875%)** | **31.486** |
| **MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A RBAN E ACP (BANCO CENTRAL)** | **329.050** |
| **MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO O RBAN E ACP (DESENVOLVE SP)** | **169.523** |
| **POSSIBILIDADE DE ALAVANCAGEM (DESENVOLVE SP)** | **847.615** |
| **ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8,625%; mínimo DSP = 20%)** | **30,20%** |
| **ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)** | **30,20%** |
| **ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)** | **30,20%** |